



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA

KAYLI MYDRIEL SANTANA DE ALMEIDA

PSICOPEDAGOGIA EM TRANSFORMAÇÃO:
A REALIDADE DE DISCENTES TRANSVESTIGENERES NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA

Orientador(a): Prof. Dr^a. MARIANA LINS DE OLIVEIRA

João Pessoa - PB
2024

KAYLI MYDRIEL SANTANA DE ALMEIDA

PSICOPEDAGOGIA EM TRANSFORMAÇÃO:
A realidade de discentes transvestigeneres na Universidade Federal da Paraíba

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Bacharelado de Psicopedagogia do Centro
de Educação da Universidade Federal da Paraíba,
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Psicopedagogia.

Orientadora: Pro^f. Dra. Mariana Lins de Oliveira

João Pessoa - PB
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A447p Almeida, Kayli Mydriel Santana de.
Psicopedagogia em transformação: a realidade de
discentes transvestigeneres na Universidade Federal da
Paraíba / Kayli Mydriel Santana de Almeida. - João
Pessoa, 2024.
47 f. : il.

Orientação: Mariana Lins de Oliveira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Psicopedagogia) - UFPB/CE.

1. Transvestigeneres. 2. Violências simbólicas. 3.
Resistência. 4. Psicopedagogia. 5. Inclusão acadêmica.
I. Oliveira, Mariana Lins de. II. Título.

UFPB/CE CDU 37.015.3(043.2)

Elaborado por JANETE SILVA DUARTE - CRB-15/104

KAYLI MYDRIEL SANTANA DE ALMEIDA

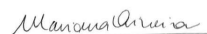
PSICOPEDAGOGIA EM TRANSFORMAÇÃO: A REALIDADE DE DISCENTES
TRANVESTIGENERES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB

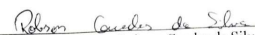
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Bacharelado de Psicopedagogia do
Centro de Educação da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do
grau de Bacharel em Psicopedagogia.

Orientador(a): Prof.ª Dra. Mariana Lins de
Oliveira

Aprovado em: 29 / 10 / 2024.

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dra. Mariana Lins de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba


Prof.ª Dr. Robson Guedes da Silva
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) investiga as vivências e desafios enfrentados por discentes Transvestigeneres na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), destacando obstáculos institucionais, violências simbólicas e estratégias de resistência. A pesquisa, de natureza qualitativa, utiliza entrevistas semiestruturadas com alunos e alunas trans de diferentes cursos, revelando problemas recorrentes como o uso inadequado do nome social, a falta de acessibilidade em banheiros e a burocratização das políticas inclusivas. Além disso, são mencionadas violências simbólicas como erros de pronomes, assédio moral e olhares transfóbicos, que afetam diretamente o bem-estar acadêmico. Apesar desses desafios, a pesquisa também evidencia formas de resistência, como o apoio mútuo em coletivos trans, como estratégia de enfrentamento e permanência. A pesquisa conclui que, apesar das dificuldades, as redes de apoio e a produção acadêmica oferecem esperança e motivação para a permanência desses estudantes na universidade, reforçando a importância de uma pedagogia inclusiva e sensível às questões de gênero tendo como uma possível ferramenta de (Trans)formação a psicopedagogia.

Palavras-chave: Transvestigeneres; Violências Simbólicas; Resistência; Psicopedagogia; Inclusão Acadêmica.

ABSTRACT

This thesis explores the experiences and challenges faced by transvestigeneres students at the Federal University of Paraíba (UFPB), focusing on institutional obstacles, symbolic violence, and resistance strategies. Using a qualitative approach and semi-structured interviews, the study reveals recurring issues such as improper use of social names, lack of bathroom accessibility, and bureaucratization of inclusive policies. Symbolic violence, such as pronoun mistakes, moral harassment, and transphobic stares, significantly impacts academic well-being. Despite these challenges, the research highlights forms of resistance, including mutual support within trans collectives as a defense mechanism. The study concludes that, despite difficulties, support networks and academic engagement offer hope and motivation for the students' perseverance at the university, emphasizing the importance of an inclusive pedagogy sensitive to gender issues, using psychopedagogy as a possible (Trans)formation tool.

Keywords: Transvestigeneres; Symbolic Violence; Resistance; Psychopedagogy; Academic Inclusion.

INTRODUÇÃO

Sabemos que a psicopedagogia apresenta-se como a área de atuação a qual tem como base a compreensão, intervenção e busca dos processos de aprendizagem. Dito isso, é de suma relevância reputar tanto os aspectos cognitivos quanto os emocionais e sociais do ser humano. Dado que, quando se refere ao ambiente de ensino, a psicopedagogia considera o contexto no qual o aprendizado ocorre como um elemento crucial. Pois, a interação entre os aspectos cognitivos, afetivos, emocionais e sociais é fundamental para compreender como os sujeitos constroem o conhecimento e como enfrentam os desafios educacionais em sua trajetória.

De acordo com o código de ética do psicopedagogo, elaborado pela Associação Brasileira de Psicopedagogia – ABPP (2019), a psicopedagogia é o campo de conhecimento e ação interdisciplinar em Educação e Saúde com diferentes sujeitos e sistemas, quer sejam pessoas, grupos, instituições e comunidades. A qual, ocupa-se dos processos de aprendizagem considerando as especificidades e individualidades dos sujeitos e sistemas. Sendo estes, a família, a escola, a sociedade e o contexto social, histórico e cultural.

Nos dias de hoje, há um significativo número de artigos científicos produzidos pela psicopedagogia com enfoque nos campos dos déficits e transtornos que influenciam no processo de aprendizagem, seja no fazer clínico ou institucional, cujo há - de fato - sua relevância na saúde, aprendizagem, ciência e sociedade.

Contudo, faz-se necessário desenvolver o olhar, a prática psicopedagógica, além da produção de conhecimentos científicos voltados a grupos periféricos e socialmente marginalizados. Uma vez que, essa realidade vivenciada pode influenciar diretamente no processo/em sua jornada de aprendizagem.

Esses grupos apresentam realidades diversas de vulnerabilidades histórico-culturais e sociais, podendo apresentar problemáticas socioeducativas, como: baixa escolaridade, evasão e/ou expulsão escolar, desafios nos processos de socialização e motivos variados que podem levar jovens e adultos a seguirem por caminhos que acabam reforçando suas condições de vulnerabilidades. Nesse sentido, percebemos múltiplos grupos sociais que podem ser identificados como aqueles que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade, como por exemplo, as pessoas *Transvestigeneres*, que são o foco da nossa pesquisa.

O termo “Transvestigenera” é uma forma de designação para pessoas que transitam e questionam os limites entre as identidades de gênero tradicionalmente entendidas como masculinas e femininas. Esse conceito busca por romper com as definições binárias de gênero, ampliando o entendimento sobre a diversidade das vivências trans e travestis no Brasil.

Abarcando nuances e singularidades dessas identidades e realça as diferentes formas de ser e existir além dos padrões hegemônicos, reconhecendo que a identidade de gênero é complexa e envolve múltiplos fatores, desde questões culturais e históricas até os contextos sociais em que cada pessoa vive.

Conforme uma pesquisa realizada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2018, cerca de 0,02% das pessoas trans estavam na universidade pública. Salienta-se que, os dados levantados pela ANTRA também mostraram que 72% não possuem Ensino Médio e 56% não completaram o Ensino Fundamental. Vale ressaltar que, a porcentagem nacional da população trans é de 2%, segundo uma pesquisa inédita feita em 2021 pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista (FMB/UNESP).

Ao refletirmos sobre os dados apresentados, é de comum acordo que corpos trans e travestis não são facilmente encontrados nos ambientes de ensino-aprendizagem - principalmente no ambiente de ensino superior - como consta a baixa porcentagem supracitada. Isso ocorre, pois estigmas e preconceitos sociais foram estruturalmente direcionados a essas identidades minoritárias, tornando-se um grupo socialmente à margem.

Na perspectiva de Saviani (2003) a marginalização está relacionada à exclusão social e educacional de determinados grupos de indivíduos, especialmente aqueles que historicamente foram relegados a posições periféricas na sociedade. Essa marginalização pode apresentar-se de diversas maneiras, incluindo a falta de acesso a oportunidades de trabalho, saúde e educação.

Essa lacuna de oportunidades básicas, interligada a realidade Transvestigenera também é refletida no dossiê da ANTRA (2018) onde aponta que 90% da população Trans/Travesti utilizam da prostituição como fonte de renda, e possibilidade de subsistência, devido a dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e a deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social, familiar e escolar.

Esses dados contrariam o art. 205 da Constituição Federal (1988), que versa sobre o dever do Estado em garantir o direito à educação e a cidadania de todos. Logo, de acordo com a Constituição Federal do Brasil, pessoas Transvestigeneres devem ter o direito à educação e formação para o exercício da cidadania garantida.

Dito isso, a pesquisa retrata o olhar questionador como uma aluna travesti do curso de psicopedagogia, que traz consigo sua experiência com a educação escolar e acadêmica. E que, ao vivenciar e compreender os desafios impostos à realidade trans/travesti no meio social e educacional - reconhece uma trajetória estruturalmente estigmatizada, invisibilizada,

discriminada e excludente. Assim, é desse lugar que provavelmente emergem minhas inquietações pessoais e como estudante.

Ademais, a psicopedagogia com relação a realidade de pessoas LGBTQIAPN+, em específico estudantes Trans, carece de pesquisas e artigos científicos seja no campo social, institucional ou clínico. Ao buscar por um panorama de publicações semelhantes ao tema, utilizando-se dos seguintes diretórios: Google Acadêmico, Revista da Associação Brasileira da Psicopedagogia, SciELO entre outras bibliotecas online, de 2010 até os dias de hoje, no idioma português, inglês e espanhol, não foi encontrado nenhuma publicação.

Desse modo, o meu problema de pesquisa é investigar os desafios e as formas de resistência vivenciados por discentes Trans e Travestis na Universidade Federal da Paraíba. Em virtude disso, a pesquisa tem como principal objetivo evidenciar as vivências de pessoas Trans/Travestis em sua jornada acadêmica na universidade, UFPB Campus I. Tendo em vista que, a lacuna dessas percepções e realidades devem ser preenchidas com a busca por identificar possíveis reflexos desses percalços sociais, culturais e históricos - sofridos e enfrentados por essas identidades - no meio acadêmico.

Isto posto, será através das narrativas e vivências dos sujeitos que poderemos compreender como se configura o ambiente de ensino para essas identidades. Ação essa, que de acordo com o Código de Ética do Psicopedagogo (2019) e os seus campos de atuação, a realidade e as experiências dos grupos, identidades/sujeitos aprendentes numa realidade de marginalização e vulnerabilidade social, deve ser não só integrada, analisada como também compreendida.

Uma vez que a universidade deve cumprir seu papel de ser um espaço sócio-educacional comprometido com a educação integral dos sujeitos. Essa instituição, também deve se apresentar como um ambiente propício para o desenvolvimento e aprendizagem do alunado e contribuir com sua formação cidadã, sendo essas identidades marginalizadas ou não.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Pessoas Trans e Travestis: Entre Corpos Assujeitados e (Re)Existências no Brasil

Os corpos de pessoas trans/travestis enfrentam diariamente a negação e negligência de seus direitos sociais e humanos. Foucault (1970) argumenta que o controle social sobre os indivíduos se dá principalmente por meio do corpo, não apenas pela consciência ou ideologia. Ele define as relações de poder como as práticas de sujeição dos corpos através de disciplinas

que impõem docilidade e utilidade, métodos de controle que se tornaram comuns a partir dos séculos XVII e XVIII (Foucault, 1987). A disseminação da ideia de um corpo "normal", ou seja, Cisgênero, consolidou-se ao longo dos anos por meio de leis e normas sociais que marginalizam identidades Trans.

Com a criação do dispositivo da sexualidade, surge um poder normalizador que, ao examinar os corpos, define o "anormal" como um problema político e teórico relevante (Foucault, 2001). Esse poder reforçou discursos médico-psicológicos que patologizam identidades dissidentes e ampliam a marginalização dessas experiências.

Assim, o gênero cisgênero e a heterossexualidade foram impostos como naturais, regulando o comportamento social e sexual através de discursos históricos, conforme argumenta Foucault (1988). Ele explica que, no século XIX, a sexualidade tornou-se uma chave para entender a individualidade, usada como matriz para disciplinas e regulações que moldaram o corpo e a população. Essas normas culminaram na Cisheteronormatividade, onde a identidade de gênero cis e a heterossexualidade passaram a ser dominantes e esperadas, relegando outras orientações e identidades a posições subalternas e desviantes.

Esse sistema de opressão também está intimamente ligado ao racismo estrutural, moldado pela colonização, que consolidou a supremacia do homem branco, europeu, cristão e cisgênero como um modelo universal de vida, justificando genocídios e massacres, como aponta Goes (2015).

Mbembe (2014) complementa, afirmando que o pensamento europeu construiu a identidade a partir de uma autorreferência que ignora a diversidade e busca a universalização de seus próprios valores. Como resultado, corpos e identidades dissidentes, especialmente trans, são invisibilizados e excluídos tanto pela legislação quanto pela ausência de políticas públicas, uma forma de ação biopolítica conforme descrito por Foucault.

O qual, camuflado entre os discursos sobre "bons costumes", moral tradicionalista, natural/biológico, psicopatologia, demonização - através da religiosidade - voltados à sociedade, se envolve e estrutura-se na gestão das instituições sociais, culturais e controle de vida humana em nível populacional. A respeito do biopoder, Foucault diz o seguinte:

(...) essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder. (Foucault, 2008, p. 3).

Assim, cria-se uma manipulação ideológica, política, não problematizada, bem-vista e - até mesmo - não conhecida ou reconhecida diante da identidade social estruturalmente dominante, a população branca Cisheteronormativa. A qual, visa por segregar uma parcela da população (pessoas pretas, povos originários, pobres, Trans/Travestis) colocando-as sob uma condição de marginalização e inferiorização social, retirando-lhes a possibilidade de uma integração legítima a sociedade e/ou de direitos de vida digna - como um todo - previsto no artigo 5º da Constituição Federal (1988).

Dessa forma, esses corpos são postos sob uma constante vigilância para que não se misture aos demais, além de serem expostos a condições que promovem a permanência social na margem e - até mesmo - de sua própria morte. Tal ferramenta, implica diretamente na contínua evasão/expulsão escolar, rejeição familiar, da extrema violência sofrida, do significativo número de Travestilidades em vulnerabilidade nas ruas, na prostituição, marginalização e demonização cultural imposta e disseminada pelo (CIS)tema à sociedade.

Esse comportamento social - a antipatia, abjeção e violência - perante as identidades Trans/Travestis é o reflexo das instituições que regem a população. Que por sua vez, persistem em trazer consigo a visão colonial enraizada em suas ações, subjugando corpos e identidades, propagando a abjeção e punição de determinados seres humanos por serem quem são. Com relação aos resquícios do colonialismo em nossa cultura/sociedade, Fanon nos elucida:

O mundo colonial é um mundo maniqueísta. Não basta ao colono limitar fisicamente, com o auxílio de sua polícia e de sua gendarmaria, o espaço do colonizado. Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quíntessência do mal (Fanon, 1968, p. 30).

Tais características, que imprimem resquícios coloniais - em junção da biopolítica, neste artigo - serão brevemente correlacionadas através de dois períodos nacionais que se interligam diretamente na cultura e política disseminada à sociedade, visando e estruturando a vilanização, abjeção e genocídio para com a população Transvestigene.

Sendo estes, o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) e a pós-ditadura - momento de redemocratização social - no país (1987), onde são apresentadas ações punitivas do Estado e da sociedade diante as diversidades sexuais e de gênero. Vale destacar que, tais violências, abjeções, perseguições e preconceito social perante essas identidades não foi um resultado exclusivo desses períodos.

Conforme o relatório final da Comissão Nacional da Verdade - CNV (2014), no capítulo “Ditadura e Homossexualidades”, a origem dessa discriminação remonta a períodos muito anteriores na história do Brasil. De acordo com a CNV, a homofobia (terminologia a qual, na época, enquadra-se também a pessoas Trans e Travestis) poderia ser identificada em várias esferas e manifestações da cultura em nosso país, sendo estes:

nos discursos médico-legais, que consideravam a homossexualidade uma doença; nos discursos religiosos, que condenavam o ato homossexual como pecado; em visões criminológicas conservadoras, que tratavam homossexuais como um perigo social; e em valores tradicionais que desqualificavam e estigmatizavam pessoas que não se comportavam de acordo com os padrões de gênero prevalentes, sendo vistas como anormais, instáveis e degeneradas, caracterizando a homossexualidade como um atentado contra a família (CNV, 2014, p. 300).

Segundo a Comissão Nacional da verdade - CNV (2014), no final dos anos 60 e início dos anos 70, ideólogos ampliaram e disseminaram o raciocínio sobre os perigos da homossexualidade - e diversidades de gênero - associando-os à um submundo de degenerados os quais representavam uma ameaça à segurança nacional. Que, por sua vez, utilizaram-se da censura e do sistema da “justiça” nacional, para bloquear e criminalizar desejos, identidades e perspectivas de mundo em sua pluralidade.

Ao mencionar a “justiça” nacional e criminalização impostas ao longo das décadas de 1960 e 1980, faz-se necessário ressaltar a extrema violência enfrentada pelas travestis - e demais diversidades da comunidade LGBTQIAPN+ - na época. No que diz respeito aos tipos de violência contra as travestilidades. Segundo Lopes (2016, p. 149) essas violências se configuram como:

Um conjunto histórico de intolerância, agressão verbal, assassinatos sádicos e de requinte em crueldade, crimes de ódio, escárnio, apedrejamento, hostilidade, constrangimento, recriminações, estigmatização, assédio moral, violências hierárquicas, marginalização, agressão e ofensas, prisões arbitrárias. Processos e repetições que cristalizam sentidos, espaços, imagens e referências, que forjam realidades e experiências, participam de processos de subjetivação.

Sendo assim, o período da ditadura militar no Brasil, seguindo as ideias apresentadas na obra Vigiar e Punir (1987), pode ser compreendida como um período constituído por um conjunto de regulamentos militares, institucionais (escolas, hospitais, mercado de trabalho) e por processos empíricos e refletidos para controlar e/ou corrigir as operações do corpo.

Durante o processo de redemocratização no final dos anos 1980, em São Paulo, foi lançada a Operação Tarântula (1987), direcionada especificamente contra travestis e a

comunidade LGBTQIAPN+. A mídia da época, como a *Folha de São Paulo*, apresentou a operação como uma forma de "combate" à AIDS, criando um discurso preconceituoso que associava a doença a práticas sexuais "imorais", reforçando a discriminação social e o abandono familiar e médico, conforme Miquelim et al. (2004).

Segundo Barata (2006), a mídia brasileira reforçou a estigmatização ao focar nos casos de HIV dentro da comunidade LGBTQIAPN+, invisibilizando os casos entre heterossexuais e cisgêneros, criando uma narrativa que legitimava violações de direitos.

Mbembe (2018) expande essa análise ao discutir o conceito de necropolítica, que, ligado ao biopoder foucaultiano, examina como o poder exerce controle sobre a vida e a morte, especialmente de forma violenta e desumanizadora, em grupos marginalizados.

Segundo Reis (2017, apud Mbembe, 2017, p.253):

O uso da força, por sua vez, justificado como instrumento necessário e legítimo para assegurar a hegemonia do Estado, as relações de produção e de controle social, adquire os contornos do extermínio físico e cultural – entendido aqui em sua acepção mais ampla –, reforçado pelas práticas de encarceramento massivo e pelas formas institucionalizadas de violação aos direitos humanos. A dinâmica das relações de poder, nesse sentido, funciona de modo a reforçar as normas sociais – não sem conflitos, é bem verdade – a partir de uma negociação desigual do ponto de partida, dos termos adotados e de processos distintos de “sujeição criminal” quando se trata de grupos humanos subalternizados.

Portanto, a necropolítica está associada a situações em que o Estado e/ou outras instituições têm o poder de decidir - diretamente e indiretamente - quais grupos sociais são expostos à morte, seja por meio de conflitos armados, políticas discriminatórias, negligência deliberada ou outras práticas que colocam vidas em risco.

Dito isso, seguindo a ideia do autor, a Operação Tarântula pode ser compreendida como uma ação de execução punitiva, provida do direito penal, relacionada às políticas da inimizade (Mbembe, 2016).

Segundo Castel (1994;1998), a inserção dos indivíduos na sociedade ocorre por meio de dois campos principais: o mundo do trabalho, que traz tanto riscos quanto proteções, e as relações de proximidade, como familiares e comunitárias, que oferecem segurança.

Em meio a esses contextos, marcados por uma racionalidade eurocêntrica, biopolítica/necropolítica, observamos uma contínua violência cultural, política e ideológica dirigida à população trans. Essa violência, amplamente naturalizada e pouco questionada, reflete-se em ações que perpetuam a marginalização desses corpos.

A ANTRA (2024) reforça essa análise ao evidenciar como figuras da extrema direita, junto com ativistas políticos, religiosos, acadêmicos e médicos, utilizam pseudociências e

fake news para construir a imagem da população trans como um "inimigo" social. Esses discursos alimentam a perpetuação de uma realidade opressora, que busca manter e justificar a exclusão dessas identidades no cenário brasileiro.

Além disso, o dossiê também elucida projetos de leis antitrans que buscam proibir o acesso a espaços segregados por gênero e definir o “sexo” binário como estrito e não mutável. Dito isso, a presença de um sistema onde persiste em determinar, ditar e condenar a vida de existências dessemelhantes faz-se presente a realidade social, em escala global - mas em específico - nacional. Sendo essas, algumas ações:

...a CPI das crianças trans, na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), e tentam criminalizar os cuidados de saúde, incluem argumentos anticientíficos e se mobilizam para perseguir famílias acolhedoras. Há ainda muitos projetos para proibir a participação de pessoas trans nos esportes ou limitar o acesso ao genital²⁶ – chamado de “sexo biológico” – e muitos buscam impedir que pessoas trans utilizem o banheiro de acordo com sua identidade de gênero (ANTRA, 2024, p. 15).

Diante desses movimentos, praticamente a totalidade desses projetos apresentam-se como inconstitucionais. Todavia, continuam a ser apresentados, debatidos e defendidos. Visando por testar os limites da liberdade de oprimir tais subjetividades (pessoas trans e travestis) no palanque eleitoral. Disseminando assim a perpetuação de estigmas negativos para com as pluralidades e individualidades humanas. Tendo como estratégia influenciar as grandes massas populacionais por meio das mais variadas instituições (Antra, 2023).

A respeito dessa ação, Butler afirma que:

A autojustificação de uma lei repressiva ou subordinadora quase sempre se baseia no histórico de como eram as coisas antes do advento da lei, e de como se deu seu surgimento em sua forma presente e necessária. A fabricação dessas origens tende a descrever um estado de coisas anterior à lei, seguindo uma narração necessária e unilinear que culmina na constituição da lei e desse modo a justifica. A história das origens é, assim, uma tática astuciosa no interior de uma narrativa que, por apresentar um relato único e autorizado sobre um passado irre recuperável, faz a construção da lei parecer uma inevitabilidade histórica (Buttler, 2003, p. 64).

A autora destaca que as leis tradicionalistas e os movimentos políticos, que excluem as identidades trans, se justificam com base na vivência binária das identidades cisgênero e na heterossexualidade através dos anos. Esses mecanismos visam preservar uma forma de relacionamento considerada "natural", reforçando estigmas e o desamparo histórico das identidades divergentes do padrão aceito socialmente.

Isso evidencia não só a regulamentação das massas por meio da biopolítica/necropolítica, como também o papel do Estado na administração da vida e dos

corpos da população. Foucault (2014) aponta que "é o fato do poder encarregar-se da vida, mais do que a ameaça da morte, que lhe dá acesso ao corpo". Além disso, há uma lacuna significativa nos dados governamentais sobre as violências sofridas pela população trans, que, quando existentes, são frequentemente insuficientes.

Segundo o dossiê mais recente da ANTRA:

Em relação aos dados absolutos dos últimos 7 anos, produzidos entre os anos de 2017 e 2023, período em que a ANTRA passa a fazer essa pesquisa, conseguimos mapear um total de 1057 (um mil e cinquenta e sete) assassinatos de pessoas trans, travestis e pessoas não binárias brasileiras. Sendo 145 assassinatos em 2023 e 131 casos em 2022; 140 casos em 2021; 175 casos em 2020; 124 casos em 2019; 163 casos em 2018 e 179 casos em 2017 (o ano com o maior número de assassinatos de pessoas trans na série histórica). O que representa uma média de 151 assassinatos por ano e 13 casos por mês (2023, pág. 43).

Em 2023, pelo décimo quinto ano consecutivo, o Brasil manteve-se como o país que mais assassina pessoas trans no mundo, segundo dados da Transgender Europe (TGEU, 2023). Desde 2008, o Brasil lidera este ranking, com um perfil de vítimas majoritariamente composto por pessoas trans negras, com idades entre 19 e 25 anos, e que em sua maioria se identificam como travestis e mulheres trans. Essas vítimas, muitas vezes trabalhando como profissionais do sexo, estão entre as mais expostas à violência, principalmente nas ruas, que se configuram como o espaço com maior incidência de assassinatos.

Apesar da gravidade da situação, o dossiê ANTRA (2023) destaca a ausência de registros oficiais consistentes sobre essas violências, revelando uma lacuna nos dados fornecidos por delegacias e órgãos competentes, como os Institutos Médicos Legais (IML). Essa omissão é agravada pelo desinteresse das instituições, conforme apontado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Além disso, Butler (2019) ressalta que esse desinteresse reflete a abjeção imposta a corpos e identidades trans, produzindo "sujeitos abjetos" que permanecem à margem da sociedade.

Para Butler (2019), o biopoder e a cisnormatividade hegemônica são mecanismos que consolidam a heterossexualidade como norma, determinando quais corpos podem ser reconhecidos como sujeitos e quais são excluídos. No Brasil, essa exclusão perpetua a violência contra pessoas trans, como complementa Benevides (2023), que associa essas violências às desigualdades de classe, raça e gênero, agravadas por uma herança colonial que naturaliza essas mortes.

Ao correlacionar essas ideias com dados históricos e políticos, é evidente que a discriminação sofrida por pessoas trans e travestis é consequência de um processo cultural e

social que marginaliza aqueles cujas identidades ultrapassam as fronteiras de gênero estabelecidas culturalmente (Silva, 2011).

Assim dizendo, a vivência de pessoas que apresentam performatividade fora desse contexto (binário) social produzido, estruturado e disseminado irá deparar-se com sua segurança, dignidade, liberdade, saúde física, mental, afetiva, jornada educacional, social e profissional comprometida diante um mecanismo biopolítico desumanizador imposto a esses corpos. Podendo ser facilmente identificado diante as porcentagens do ensino fundamental e médio incompletos, da barbárie representada pelo genocídio em massa de pessoas Trans no país, além da efêmera porcentagem de corpos/identidades Trans ingressadas no meio acadêmico, e por consequência no âmbito formal profissional.

A lacuna de pesquisas voltadas a pessoas Tansvestigeneres no campo da psicopedagogia também configura-se como consequência dessa realidade. Uma vez que, as instituições de ensino Cisheteronormativo formam, desde a infância e juventude, cidadãos apáticos para as diversidades e pluralidades encontradas em nossa sociedade. Disseminando e enraizando o desconhecimento, preconceito e desinteresse social e profissional para com essas identidades, culminando na permanência desses corpos na vulnerabilidade social.

Esses processos disseminados, naturalizados e normalizados - alusivos à exclusão social deste grupo - se estruturam de tal maneira que as pessoas e sistemas que excluem - em suma a família e as instituições de ensino-aprendizagem - não se percebem como causadoras desses processos (Butler, 2019).

2.2 Realidade Trans: As Instituições Educativas e os Processos de Aprendizagem

Dado que a transfobia encontra-se nas estruturas sociais do Brasil - desde a transfobia intrafamiliar - a transfobia nas instituições incumbidas de compartilhar conhecimentos, como as escolas e universidades acabam - também - por produzir e reproduzir transfobia. Com isso, crianças e jovens Trans deparam-se com conexões fragilizadas ou - até mesmo - rompidas, comprometendo seu desenvolvimento, humano, pessoal, intelectual, acadêmico, social e profissional. Com relação a esse fator, as autoras afirmam:

É exatamente dentro desse cenário em que se encontram a maioria esmagadora das vítimas, tendo sido empurradas para a prostituição compulsoriamente pela falta de oportunidades encontrando-se em ala vulnerabilidade social e expostas aos maiores índices de violências, a toda a sorte de agressões físicas e psicológicas. (Benevides, Nogueira, 2019, p. 32).

Em concordância com Swain (2002, p.18), ao naturalizar um gênero e orientação sexual ocorre uma territorialização onde um corpo normatizado ocupa o centro e os corpos dissidentes, os demais espaços. Delimitando assim os espaços discursivos, onde, tudo para além da margem é considerado desviante. Desses espaços, surgem o comportamento e as práticas patogênero, recebendo o estigma de doença, da vergonha e da inversão da ordem “natural” das coisas.

No que se refere a essa naturalização binária imposta, o autor trans Paul B. Preciado (2021, p. 295) diz:

Hoje vejo isso claramente: se não tivesse sido indiferente ao mundo ordenado e supostamente feliz da norma, se não tivesse sido expulso da minha própria família, se não tivesse preferido a minha monstruosidade à sua heterossexualidade normal, se não tivesse optado pelo meu desvio sexual em face da sua saúde sexual, eu nunca teria podido escapar... Ou, para ser mais preciso, descolonizar-me, desidentificar-me, desbinarizar-me.

Posto isso, uma das principais instituições estruturadas aos moldes da Cisheteronormatividade empregados e disseminados pela biopolítica à sociedade são as escolas e universidades. A qual, encarregadas de proporcionar conhecimento, desenvolvimento educacional, pessoal, pensamento crítico, desenvolvimento da cidadania e desenvolvimento socioemocional, configuram-se como um ambiente normalizador, padronizado, exclusivo e até mesmo violento para corpos/identidades Trans.

Assim, entende-se que o ambiente de ensino-aprendizagem se caracteriza como um lugar atenuante das ações discriminatórias, de marginalização e violência para com alunos e discentes Transvestigeneres. Geralmente, tendo como ação primária situações vexatórias promovidas por colegas de sala, professores, coordenação e direção perante jovens e crianças em desenvolvimento. Influenciando diretamente na expulsão dessas identidades das instituições de ensino, diante dessas colocações Silva nos elucida:

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas, através de seus quadros, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. (2011, p. 62).

Assim, a escola se configura como um espaço vigilante e punitivo para aqueles que desviam da cisheteronormatividade, impondo uma lógica binária de gênero, onde corpos e

comportamentos devem se alinhar a identidades masculinas ou femininas e ao desejo pelo sexo oposto (Louro, 2018). Berenice Bento (2011) reforça que a escola atua como guardiã das normas de gênero, reproduzindo o “HeteroTerrorismo”, tornando-se incapaz de acolher a diversidade dos alunos. Isso resulta em inúmeros casos de jovens que abandonam o ambiente escolar por não suportarem sua opressão.

Esse abandono, muitas vezes chamado de “evasão escolar”, na verdade encobre o processo de exclusão imposto pela Cisheteronormatividade. A intolerância visa eliminar aqueles que “contaminam” o ambiente, o que ocorre tanto de forma direta quanto indireta (Bento, 2011). Santos (2010) também evidencia que crianças e jovens trans que expressam seu gênero desde cedo enfrentam maiores dificuldades escolares, com níveis de escolaridade interrompidos ou inferiores quando comparados a pessoas cis ou trans que realizam sua transição social mais tarde.

Nesse sentido, Maria Rita (2008, p. 11) apresenta a seguinte problemática:

Se a presença de alunos e alunas homossexuais e bissexuais dentro da escola já é um incômodo, então, a partir daquela perspectiva, a experiência da transexualidade se torna verdadeiramente insuportável do ponto de vista da instituição escolar, pois, diante de seus corpos transformados, a falta competente da instituição não vê esperança de retorno à norma heterossexual. Assim, aquilo que resta é o afastamento desses corpos indesejáveis, isto é a expulsão, que hoje se constitui em um elemento importante da evasão escolar.

Com relação a isso, a BNCC (2017) destaca que fatores de opressão e exclusão, especialmente nos últimos anos do Ensino Fundamental, dificultam a convivência e a aprendizagem, resultando em desinteresse, alienação e fracasso escolar. Quando a escola não acolhe estudantes trans, ignorando suas individualidades, como o uso do nome social e o acesso adequado aos banheiros, ela se torna um ambiente de sofrimento para esses jovens. Tal ambiente opera como um espaço de humilhação simbólica, como descrito por Foucault (1995), onde os estudantes trans se tornam alvos de uma ordem social que os marginaliza.

A interseccionalidade, conceito que considera as estruturas sociais e simbólicas que naturalizam as desigualdades de gênero, sexualidade e raça, também interfere nesse cenário educativo (Oliveira, 2013). Assim, é essencial que as escolas reconheçam as culturas distintas de seus alunos e promovam um diálogo com a diversidade, garantindo uma educação cidadã e participativa para todos (BNCC, 2017).

Já no ensino superior a situação não é diferente. Com apenas 0,02% de estudantes trans nas universidades, a exclusão e os obstáculos socioculturais persistem. Embora o ambiente universitário seja visto como um espaço de maior liberdade, ele ainda reflete as

dinâmicas de poder e opressão da sociedade. Um exemplo disso é o processo de reconhecimento do nome social, que, apesar de avanços, ainda enfrenta barreiras práticas tanto nas universidades públicas quanto privadas.

De acordo com a resolução nº12 do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em seus cinco primeiros artigos garantem a inclusão do nome social nas instituições e redes de ensino, estabelecendo os procedimentos para a sua efetivação.

Art. 1º - Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado;
Art. 2º - Deve ser garantido, àquelas e àqueles que o solicitarem, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência;
Art. 3º - O campo "nome social" deve ser inserido nos formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de seleção, inscrição, matrícula, registro de frequência, avaliação e similares;
Art. 4º - Deve ser garantido, em instrumentos internos de identificação, uso exclusivo do nome social, mantendo registro administrativo que faça a vinculação entre o nome social e a identificação civil;
Art. 5º - Recomenda-se a utilização do nome civil para a emissão de documentos oficiais, garantindo concomitantemente, com igual ou maior destaque, a referência ao nome social (RESOLUÇÃO nº 12, 2015).

Contudo, a adoção do nome social nas universidades ainda enfrenta barreiras burocráticas complexas e pouco divulgadas, o que gera constrangimentos para estudantes trans. Em muitos casos, o nome civil (ou "nome morto") ainda aparece em sistemas e situações públicas, expondo esses estudantes à transfobia e ao desrespeito em sala de aula. Outro problema recorrente é a falta de banheiros inclusivos, já que a divisão binária e rígida de gênero, sem alternativas adequadas, gera insegurança e desconforto para os corpos trans, que enfrentam expulsões, constrangimento e violências nesses espaços.

Apesar da Resolução nº 12 (2015) garantir o direito ao uso de banheiros e vestiários de acordo com a identidade de gênero, há um desconhecimento generalizado entre coordenações, docentes e alunos cis sobre essa acessibilidade. Além disso, mesmo com políticas de inclusão, o ambiente universitário muitas vezes continua hostil, reproduzindo preconceitos por meio de comentários transfóbicos, olhares, assédio e outras formas de violência simbólica, criando um espaço opressor.

Essas violências simbólicas costumam ser invisibilizadas ou normalizadas, dificultando a criação de espaços seguros para estudantes Transvestigeneres. A falta de apoio institucional diante de casos de assédio transfóbico agrava ainda mais a situação. Assim, o

acesso e a permanência de estudantes trans nas universidades, sejam públicas ou privadas, ainda encontram grandes obstáculos estruturais. Mesmo com a implementação de cotas em algumas instituições, a evasão universitária entre estudantes trans continua sendo uma questão preocupante a ser analisada.

Para Almeida (2010), o acesso à universidade, sem políticas que assegurem a permanência do discente, torna-se insuficiente, pois:

Você consegue a bolsa, mas depois fica jogado – dificuldades de transporte, apostilas, xerox, livros, cursos, alimentação. Se você consegue uma bolsa integral, está implícito que é de renda baixa. A pessoa tem que trabalhar para se manter e não tem a vivência ampla da universidade, ter tempo para estudar, se ambientar no meio acadêmico. Trabalhando e estudando não atende a demanda de desenvolvimento do aluno e, no caso, ele só consegue um certificado de conclusão de curso. (Almeida, 2010, p. 08).

Fatores como a falta de apoio financeiro e familiar, a pressão social e a discriminação cotidiana, somados às possíveis questões psicoemocionais decorrentes das violências vivenciadas por pessoas trans, precisam ser compreendidos pelas instituições de ensino. O ambiente hostil e a exclusão social muitas vezes resultam em maiores taxas de ansiedade, depressão e estresse entre esses estudantes. A ausência de suporte psicológico adequado nas universidades agrava esse cenário, e mesmo quando há serviços disponíveis, muitos não são preparados para lidar com as questões de gênero e a vivência trans, limitando o acolhimento.

Além disso, a falta de representatividade e discussão sobre diversidade de gênero nos currículos acadêmicos também é um fator relevante. Muitos cursos tratam a questão de forma superficial ou a ignoram por completo, o que contribui para a invisibilidade das realidades trans dentro dos espaços de aprendizagem, mantendo-as pouco discutidas e compreendidas.

Ainda, em diz respeito à vivência universitária, uma pesquisa realizada sobre as experiências de discentes Trans no ensino superior, de acordo os autores:

Estudos recentes revelam que a percepção de inclusão e socialização de estudantes trans na universidade é um fator primordial para sua permanência. Por isso, o clima do campus é um componente amplamente pesquisado para a compreensão dos aspectos ambientais que podem influenciar essa percepção. Entende-se por clima no campus as atitudes, comportamentos e práticas relacionadas ao acesso, inclusão e nível de respeito pelas necessidades individuais e de grupos (Viana, D. *et al.* Estudo revela vivência de estudantes trans no ambiente universitário. São Paulo, 2022).

Situações de violência velada mencionadas nos depoimentos dificultam a identificação e a implementação de ações eficazes para combatê-las. O preconceito compromete a participação de estudantes trans em atividades acadêmicas e esportivas, assim como sua

inserção plena no ambiente universitário. Freire destaca que a educação deve ser compreendida como uma forma de intervenção no mundo, e que o ensino pode tanto reproduzir a ideologia dominante - Cisheteronormativa - quanto desmascará-la.

Segundo a teoria da violência simbólica de Bourdieu e Passeron (1975), a sociedade é estruturada por relações de força entre grupos dominantes e dominados, onde a cultura imposta pelos dominantes é legitimada pela autoridade pedagógica. Essa imposição de valores reforça a dominação econômica e social, mantendo as desigualdades. O ambiente de ensino, dessa forma, pode se tornar um espaço de reprodução dessas desigualdades e contribuir para a marginalização e opressão de estudantes trans.

Em congruência a isso, Freire (2004) diz o seguinte:

É o que eu faço, quer dizer, o que eu faço, faz meu corpo. ... A importância do corpo, então, é indiscutível; o corpo atual memoriza a luta de sua libertação, o corpo afinal deseja, aponta, anuncia, protesta, se curva, se ergue, desenha e refaz o mundo. Nenhum de nós, nem tu, nem eu, estamos aqui dizendo que a transformação se faz através de um corpo individual. Não, porque o corpo também se constrói socialmente (p. 140).

Na obra Pedagogia do Oprimido (1970), Freire critica a educação tradicionalista, chamada de “educação bancária”, que trata os aprendentes como receptáculos vazios a serem preenchidos. Esse modelo reforça relações de poder, mantém a passividade dos oprimidos e garante o controle dos opressores. Em contraposição, a pedagogia libertadora de Freire propõe uma educação baseada no diálogo, conscientização e protagonismo dos oprimidos, permitindo que eles reflitam sobre suas realidades e ajam para transformá-las, considerando aspectos como raça, gênero, sexualidade e classe social.

Esses fatores individuais e sociais são essenciais no processo de aprendizagem, como sugere Vygotsky (1991), que destaca a importância das interações sociais e culturais no desenvolvimento das funções mentais superiores. O aprendizado é mediado pelo "outro" e pelas ferramentas culturais, como a linguagem, que desempenha um papel central nas interações e no desenvolvimento humano (Wertsch, 1991).

De forma semelhante, Piaget (1979) observa que o desenvolvimento intelectual é indissociável do afetivo. Afetos, como interesses, sentimentos e valores, evoluem juntamente com a cognição, sendo impossível separar um comportamento do outro. Assim, relações afetivas positivas com professores, colegas e familiares são fundamentais para garantir a permanência de estudantes trans nos ambientes educacionais. Vygotsky (1991) sugere que a afetividade e a cognição estão intimamente ligadas, e que um ambiente acolhedor e seguro

pode facilitar o desenvolvimento cognitivo e promover a permanência desses alunos nas instituições de ensino.

Prosseguindo de acordo com a psicopedagogia e com Vygotsky (1991), a cognição e afetividade são fundamentais para o acompanhamento da aprendizagem. Uma vez que:

Enquanto objeto de estudos, é uma das principais deficiências da psicologia tradicional, uma vez que está apresenta o processo de pensamento como um fluxo autônomo de pensamentos que pensam a si próprios, dissociados da plenitude da vida, das necessidades e dos interesses pessoais, das inclinações e dos impulsos daquele que pensa (Vygotsky, 1993, p.6).

O autor ainda enfatiza que o aprendizado é influenciado pelo contexto cultural, e isso inclui os valores afetivos de uma sociedade. As emoções e como elas são expressas e reguladas são mediadas culturalmente. O que é considerado apropriado - emocionalmente - varia de cultura para cultura, e essas normas culturais afetam a maneira como as pessoas se relacionam, aprendem e (sobre)vivem.

Tendo isso em vista, ao compreender os fatores que influenciam e determinam a aprendizagem através da história, cultura e realidade social, em conjunto da percepção de pensadores/autores da educação, aprendizagem, dos ambientes de ensino-aprendizagem e desenvolvimento intelectual, é de comum acordo enfatizar a importância do campo e do fazer psicopedagógico (Trans)inclusivo voltado aos ambientes de ensino-aprendizagem.

Visando a reestruturação/adaptação por meio da inclusão, respeito e garantia de uma experiência significativa no desenvolvimento/aprendizagem e qualidade de vida de pessoas Trans. Pois, a psicopedagogia se compromete com a aprendizagem e possíveis percalços/obstáculos presentes de acordo com as especificidades e pluralidades do ser humano, levando em conta os aspectos emocionais e cognitivos. Em outras palavras, com enfoque não só nos possíveis déficits e transtornos, como também no meio familiar, escolar e as estruturas sociais e culturais em que o sujeito aprendente faz parte.

3 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

O objetivo deste estudo consistiu em analisar e evidenciar as experiências de discentes Trans/Travestis na educação superior no âmbito da UFPB, Campus I, nosso locus de pesquisa. Para alcançar nosso objetivo geral e específicos, percorremos o seguinte trajeto: aprofundamos os estudos sobre gênero, identidades subalternas e a realidade das instituições

de ensino. Pôde-se conhecer, também, como se dão os fenômenos da permanência e (r)existência aos obstáculos estruturais e individuais vivenciados pelos discentes Trans.

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa de característica exploratória, tendo como instrumento de coleta de dados, o uso de entrevistas semiestruturadas, com perguntas acerca da perspectiva dos estudantes com relação às suas vivências enquanto discentes trans/travestis na instituição a qual faz parte. Segundo Minayo (2003, p.22) “... a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”.

A autora (2003) também afirma que a compreensão da realidade humana está diretamente interligada às relações sociais, vividas em suas variadas manifestações, sendo elas: fenomenológica, na etnometodológica e no interacionismo simbólico.

Como citado anteriormente, o lócus da pesquisa foi a UFPB Campus I. O público-alvo do estudo foram identidades Transfemininas, Transmasculinas e pessoas Trans não-binárias. A coleta de vivências foi realizada nos meses de julho e agosto de 2024, de forma presencial, respeitando as seguintes resoluções: CNS nº 466/2012, CNS nº 001/2013, CNS nº 510/2016.

O convite para participação da pesquisa foi realizado de forma online (redes sociais) e indicações feitas pelos próprios participantes. Sendo um total de 8 integrantes, obtendo permissão unânime de gravação de áudio. Foram realizadas 4 (quatro) entrevistas individuais, com duração entre 15 à 50 minutos e 1 (uma) entrevista coletiva com duração de 1 (uma) hora e meia.

Nos encontros individuais foram coletadas narrativas de discentes Trans dos seguintes cursos: Ciências Econômicas, Psicologia, Letras Inglês e Artes Visuais. Já no encontro coletivo foram ouvidas narrativas de 4 (quatro) discentes Travestis, sendo 3 (três) do curso de Serviço Social e 1 (uma) de Educação Física - Licenciatura. De forma prévia, foram enviados um questionário sócio acadêmico (via googleforms) e o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) online.

A pesquisa foi estruturada da seguinte forma: a) busca e mapeamento de discentes T/T, almejando diversificar cursos e gêneros; b) marcação e desenvolvimento de entrevistas individuais e coletivas, de caráter fluido, reflexivo, aberto a diálogos, visando (trans)passar a realidade das identidades pertencentes ao espaço sócio-educativo, UFPB Campus I. c) Análise das narrativas, tendo como base análises temáticas reflexivas (ATR).

Dessa forma, a Análise Temática Reflexiva (ATR) foi utilizada na pesquisa. Uma vez que, através das narrativas/experiências coletadas, pôde ser feita a análise e reflexão sobre os padrões e comportamentos encontrados no meio acadêmico perante discentes Trans/Travestis.

Segundo Braun e Clarke (2006), essa técnica de análise desenvolve nos pesquisadores habilidades fundamentais para o uso de diversas técnicas de análise.

A Análise Temática (AT) possui características semelhantes a procedimentos tradicionalmente adotados na Análise Qualitativa (AQ). Dispondo de aspectos como, busca por padrões, recursividade, flexibilidade, homogeneidade interna nas categorias/temas e heterogeneidade externa entre as categorias/temas são características fundamentais de análises qualitativas (Souza, 2019, p. 53).

Ademais, há uma recomendação metodológica - passo a passo - a ser seguida por meio das etapas e estágios, sendo estas: 1) Familiarização com os dados, 2) Produção de códigos iniciais, 3) Identificação de temas, 4) Revisão dos temas, e 5) Definição e nomeação dos temas.

Porém, em acordo com as autoras Braun e Clarke (2006), a Análise Temática (AT) possui um caráter flexível, atribuindo ao pesquisador a liberdade de fluir entre as etapas, uma vez que uma conexão autêntica com os temas e códigos oferece como recurso: insights não esperados, contato constante com os dados, referências bibliográficas e a própria experiência do(a) pesquisador(a) para com a pesquisa, entre outros elementos.

Dito isso, foi feito um questionário socio-acadêmico (online) visando apurar as realidades, características e individualidades e conhecer o perfil do público alvo da pesquisa. Ademais, foram criados quadros os quais apresentam as realidades vinculadas aos temas/objetivos - obstáculos e permanência - buscados na pesquisa com as perspectivas e vivências relatadas pelo público-alvo.

Além disso, houve relatos de vivências que se correlacionam entre discentes T/T de centros e coordenações diversas. No exercício de tratamento dos dados e organização das análises, buscou-se evidenciar, refletir e - até mesmo – instigar a problematização apresentada nas narrativas dessas realidades que se entrelaçam entre os alunos/as/es na instituição.

Esses relatos serão apresentados e analisados mais adiante, uma vez que a integridade e anonimato serão - rigidamente - respeitados no presente artigo, foi utilizado pseudônimos com a temática de flores e rosas. Uma vez que, a relação entre pessoas Trans e flores/rosas pode evocar uma ideia de transformação, resistência e beleza. Sendo então, uma forma de associar a fala/retrato dos sujeitos e de conexão aos temas e circunstâncias apresentadas.

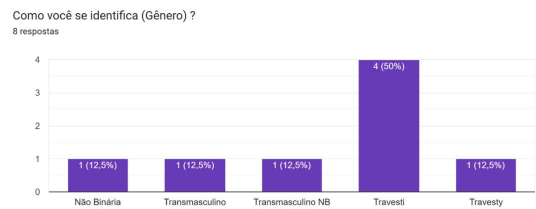
Assim como as flores/rosas, que enfrentam os elementos para crescer e desabrochar, pessoas Trans vivem um processo de autoconstrução e florescimento, desafiando condições adversas para expressarem plenamente quem são.

4 RESULTADOS

4.1 Perfil dos Estudantes Entrevistados

Inicialmente, serão apresentados dados referentes aos gêneros dos participantes conforme ilustrado na **figura 1**.

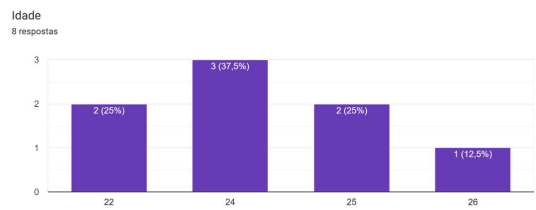
Figura 1: Dados referentes aos gêneros dos participantes



Fonte: Autoria Própria,2024

A maioria dos estudantes entrevistados são Trans e Travestis, dentre eles, 12,5% se identificam como Trans Não binários e Transmasculinos. Todos os integrantes estão na faixa etária entre vinte e vinte seis anos, como demonstra a **figura 2**.

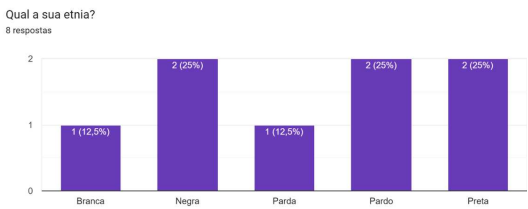
Figura 2: Idade dos participantes



Fonte: Autoria Própria,2024

Também se faz interessante evidenciar a etnia dos estudantes, apresentada na **figura 3**. Onde, a maioria dos estudantes se identificam como pessoas pretas/negras. E apenas um estudante se identifica como parda e outra como branca.

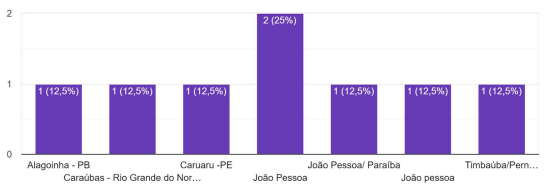
Figura 3: Etnia dos estudantes



Fonte: Autoria Própria,2024

Adiante, a **figura 4** nos elucida sobre a cidade/estado natal dos participantes. Uma vez que, faz-se necessário sabermos um pouco das origens dos sujeitos. Para que assim, o

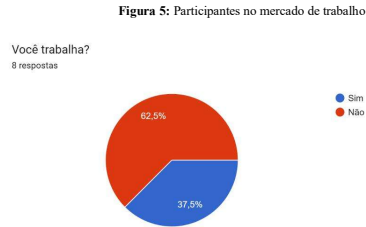
Figura 4: Cidade e estado dos participantes



contexto atual dessas identidades pertencentes à instituição (UFPB) possa ser melhor compreendida.

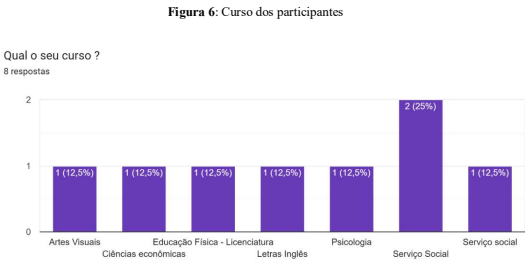
Fonte: Autoria Própria,2024

Outro fator que deve ser levado em conta, é a realidade desses estudantes e a dificuldade no mercado de trabalho que lhes são impostas. Na **figura 5**, pode-se notar que a maioria não trabalha e, apenas, três trabalham, em diferentes ocupações, como: Produção Cultural, Telemarketing e como Professor de Inglês.



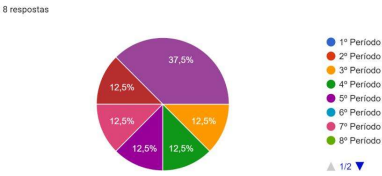
Fonte: Autoria Própria,2024

As **figuras 6 e 7** referem-se aos cursos e períodos dos participantes, sendo:



Fonte: Autoria Própria,2024

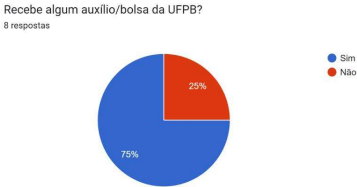
Figura 7: Período na universidade dos participantes



Fonte: Autoria Própria,2024

Além disso, a **figura 8** apresenta a análise sobre o recebimento de auxílio da universidade.

Figura 8: Gráfico de participantes que recebem auxílio



Fonte: Autoria Própria,2024

Esses resultados apresentam aspectos que ajudam a compreender o perfil sócio - acadêmico dos participantes da pesquisa, incluindo os auxílios que influenciam em sua permanência. Dentre os auxílios e programas mencionados pelos estudantes, encontra-se: O PIBIC, Auxílio Moradia, Restaurante Universitário (RU), Bolsa de Monitoria, PROBEX, Auxílio Transporte.

4.2 Dados Sobre Os Obstáculos, Violências E Resistências Vivenciadas Pelos Estudantes

Após apresentação dos gráficos que nos retratam o perfil geral do/a/es estudantes participantes da pesquisa, apresentaremos os obstáculos, violências vividas e os processos de resistência/permanência das pessoas Trans no meio acadêmico na UFPB. Representados em três quadros, Obstáculos (**Quadro 1**), Violências Simbólicas (**Quadro 2**) e Permanência (**Quadro 3**).

Obstáculos (UFPB)
Burocratização (Nome Social), Transfobia, Falta de Capacitação (Docentes/Coordenação), Silenciamento, Descrédibilização
Desrespeito dos Funcionários Técnicos, Banheiros Não Inclusivos, Engessamento Curricular
Falta de Diálogo, Baixo Estímulo Para Com as Diversidades, Exclusão, Falta de Representatividade
Falta de Suporte, Ambiente Estruturalmente Não Representativo, Ambiente Pouco Empático Para Com as Diferenças
Falta de Inclusão, Ambiente Opressivo, Promoção de Gatilhos (Disforias)

Quadro: 1

Além dos obstáculos estruturais presentes e (re)produzidos pela instituição, nos foi também relatado episódios frequentes de Violências Simbólicas, como o erro de pronome, assédio moral e olhares transfóbicos. Esses atos acabam por afetar diretamente o bem-estar e a experiência universitária. O que pode influenciar direta ou indiretamente na permanência de alunos Transvestigeneres na UFPB.

Já no **Quadro 2**, consta os tipos de violências simbólicas sofridas por esses discentes, sendo o erro de pronome o mais corriqueiro, relatado por todos(as,es) os(as,es) participantes, seguido de olhares transfóbicos, assédio, isolamento e silenciamento.

Violências Simbólicas

Assédio/Sexualização, Erro de Pronome, Desrespeito (Docência, Coordenação), Transfobia, Silenciamento, Olhares (opressivos, desrespeitosos, fetichizados/sexualizadores)
Constrangimento público, Transfobia, Desrespeito
Uso do Nome Morto (Sistema, Docência, Coordenação), Falta de Afetividade, Baixa Socialização em Sala

Quadro: 2

Mesmo diante dos desafios e violências enfrentados no dia a dia dentro da academia, corpos/discentes Trans usam meios de estratégias de enfrentamento dessa realidade, garantindo sua permanência no ambiente universitário. No **Quadro 3**, são apresentados os principais mecanismos utilizados pelos alunos (as,es) para lidar, desconfigurar e enfrentar as adversidades e violências, como por exemplo: o apoio de coletivos/identidades Transvestigeneres, onde ocorre maior acolhimento e socialização desses corpos, resistência pessoal e busca por redes de apoio internas e externas à universidade.

Além disso, expressam a consciência acerca da maior liberdade de expressão presente na universidade, e em conjunto a isso, alimentam-se da esperança e do ímpeto de mudança por meios acadêmicos, como produções científicas, seminários e cultura.

Resistência/Permanência
Transquilombamento, Capacitação, Deboche-(blas)fêmea, Cultura Transvestigeneres (CineTrava, Ballroom), Diálogo, Bolsa/Auxílio, Suporte Psicológico, Coletividade Trans/Travesti
Perspectiva de Futuro, Estudar/Dedicar-se, Promover a Mudança Por Meio da Ciência, Coragem, Educação, Didática.
Acesso a Conhecimento, Produção Acadêmica, Liberdade/Autenticidade de Ser, Propor/Instigar Transformações, Coletividade Trans, Quebra de Paradigmas e Estruturas Opressoras, Esperança/Fé
Coordenação e Docência Respeitosa, Compreensiva e Inclusiva,

Quadro: 3

Os dados mostram que, apesar das dificuldades, todos/as/es discentes Trans relataram que o apoio de coletivos entre pessoas Trans e fomentação da cultura Transvestigenero no espaço acadêmico tem sido fundamental para sua permanência e resistência na UFPB, ao realizarem Balls e ensaios de vogue, além do Cinetrava. Sendo um projeto de extensão - financiado pela UFPB - criado exclusivamente por discentes Transvestigeneros, um experimento de corpos dissidentes do gênero e do sexo.

5 DISCUSSÃO

Os resultados mostraram que a burocracia estruturada e a resistência na implementação de políticas de inclusão, como o uso do nome social e acessibilidade segura e garantida dos banheiros, são desafios frequentes. As barreiras relacionadas aos banheiros são abordadas na fala de Lírio:

“Uma amiga nossa já foi expulsa do banheiro feminino, algumas alunas se sentiram incomodadas com a presença dela. A coordenação além de ter falas transfóbicas e menosprezar sua afirmação de gênero, nada fizeram sobre o caso.” (Lírio)

Essas circunstâncias ilustram como a universidade ainda reproduz uma estrutura institucional que não acolhe plenamente as identidades trans, refletindo a Cisheteronormatividade e a falta de sensibilidade da gestão acadêmica para lidar com suas demandas específicas, isso acaba por reforçar a exclusão dessas pessoas.

A violência simbólica também é evidente dentro da academia, como demonstram os relatos de erros de pronome, assédio moral e transfobia. Esses atos desumanizadores afetam profundamente o bem-estar e a permanência de estudantes trans na UFPB.

Paulo Freire destaca que a educação pode ser tanto um espaço de opressão quanto de libertação. No entanto, nesse contexto, a violência simbólica funciona como um mecanismo de controle e desestímulo, imposto tanto pelas estruturas institucionais quanto pelos próprios docentes. Eles, muitas vezes, reproduzem comportamentos de vigilância, silenciamento e ostracismo em relação às identidades trans, como discutido por Bento (2011), comportamento similar ao observado nas escolas. Como relatado por Tulipa, Begônia e Copo-de-Leite:

“Busquei ser aluna apoiadora, mas essa aluna não aceitou por receio e preconceito mesmo de ter uma travesti acompanhando-a pela UFPB. Ela disse que se sentiria constrangida, ainda mais, se eu precisasse acompanhá-la ao banheiro. Acionei os comitês e nenhum (de acessibilidade e da mulher) soube encontrar solução ao caso, e ficou por isso mesmo. Além disso, um professor uma vez disse que eu era uma contradição ambulante... e isso chegou até mim”. (Tulipa)

“Existem momentos que a pessoa/professor vai falar, errar meu pronome ou o que seja, e eu vou conseguir lidar. Mas, tem outros momentos que eu não tô bem para enfrentar muitas coisas. E eu acho que isso não deve ser cobrado de mim, sabe? me refiro a violência, a ter força para lidar com a violência ... Eu tenho que ser forte, educar meus colegas e alguns professores - é o que mais fazemos - porém é exaustivo. Ainda mais ao ser cobrada por uma violência que não é minha, que não parte de mim”. (Begônia)

“Duas professoras já me disseram que ninguém precisava saber que eu sou trans, pediram que eu evitasse e parasasse de enfatizar que sou Trans... que eu me identificasse apenas como mulher e pronto. Senti que, de alguma forma, buscavam silenciar a minha essência/quem eu sou pelo preconceito e estigma delas para com as pessoas Trans/Travestis”. (Copo-de-Leite)

Para além disso, o erro de pronome e o uso do nome morto - muitas das vezes - estruturados nos sistemas (SIGAA, LATTES), presentes nas listas de frequências, pronunciado pelos docentes e por algumas coordenações acabam por ferir e constranger esses alunos (as, es) dentro e fora da sala de aula.

A luta pelo reconhecimento e auto afirmação é diária e desgastante, quando os docentes - os que guiam o aprendizado - não compreendem ou respeitam resulta - de forma direta e indiretamente - em dar margem para que colegas de sala, entre outros profissionais, reproduzam e naturalizem essas violências. Ocasionalmente a violência, ansiedade e insegurança a esses corpos no ambiente de ensino-aprendizagem. Como relatado por Begônia, Cravo, Orquídea, Girassol e Lírio:

“Meus colegas de sala não socializam comigo. Algumas vezes me elogiam, mas sinto que evitam se conectarem a mim, talvez como uma forma de não me causarem transtornos a solução encontrada ou preferida por eles foi essa. Aqui na UFPB têm isso, vivenciamos coisas que não tem como evitar. Desistir não é uma opção e se eu trancar a cadeira, lá na frente me deparo com essa professora que não me respeita. E saber disso já me causa uma ansiedade, em ter que ouvir ela me desrespeitar usando exemplos caóticos sobre gênero... algo que demonstra não compreender sobre”. (Begônia)

“Mesmo após ter explicado, esse professor repetiu o nome morto várias vezes em sala... claro que isso me constrangeu e incomodou bastante. Pois sempre é chato ter que explicar ao professor e mesmo assim não ser respeitado”. (Cravo)

“As cadeiras disciplinadas por docentes que não são abertos a nós, tornam-se uma cadeira a qual não me conecto, não absorvo muito bem o conteúdo ... acredito que seja pelo medo, censura em não poder ser tão eu”. (Orquídea)

“O “ele” me incomoda bastante pelo número de ocorrências, na coordenação, em sala de aula, nos corredores...”. (Girassol)

“Tal hora cansa de corrigir, cansa de explicar... as vezes finjo não ter ouvido. Até porque, seja aluno ou docente, percebemos que alguns erram propositalmente”. (Lírio)

Essas circunstâncias revelam o despreparo, desinteresse e falta de conscientização por parte de alguns docentes e da instituição em relação às especificidades dos estudantes trans, o que resulta em ações opressivas. Essas atitudes contribuem para a presença constante de ansiedade, depressão e distúrbios emocionais, comprometendo a experiência acadêmica desses discentes.

Grande parte desses problemas poderia ser desconstruída através de uma educação mais inclusiva e diversificada nos currículos, abordando temas representativos e plurais. A integração de áreas como a psicopedagogia poderia promover mudanças significativas, oferecendo um ambiente mais saudável e respeitoso para esses estudantes. No entanto, a percepção de apatia ainda predomina, sendo essa mudança discutida principalmente entre os próprios estudantes trans, enquanto coordenações e docentes continuam a perpetuar o desinteresse e o desrespeito. Como relatado por Orquídea, Cravo, Girassol e Begônia:

“O que pensam sobre gênero não é sentido, mas sim imposto, estruturado... ao compreender isso, busco dialogar quando permitido acessar e (trans)passar quem sou, quem somos”. (Orquídea)

“Nunca vi um professor trazer um referencial Trans, quem faz isso sempre são discentes Trans”. (Cravo)

“É sempre nós que trazemos nossas pautas e referenciais representativos. E com a gente sempre é recebido como algo muito novo... por mais que, para nós, seja básico, recorrente ou discutido por um bom tempo já. Mas alguns levam como mesmice, não absorvem tanto”. (Girassol)

“A grande maioria dos docentes e coordenações são desinteressados acerca dessas temáticas... isso é perceptível diante a falta de cadeiras acerca das nossas individualidades, realidades. Já os docentes que trazem discussões do tipo apenas pincelam o assunto de uma forma bastante generalista, sem tanta propriedade até... quando não acabam por serem transfóbicos e apresentarem falas problemáticas”. (Begônia)

Isto é, diante da falta de interesse, representatividade, informação e compreensão para com as diversidades e pluralidades, discentes Trans, em conjunto e/ou sozinhos em sala de aula, assim como em toda a UFPB, encarregam-se da responsabilidade de se defenderem por meio da didática ao apresentar essas perspectivas e realidades em sala para os colegas e para

os próprios docentes. Ações como essas, são denominadas como “Hackeio” das estruturas e sistema Cisheteronormativo.

Para além do enfrentamento burocrático e de algumas violências com relação às suas identidades, o fator de assédio, fetichização e sexualização foi relatado por todas as identidades Transfemininas (Travestis e mulher Trans) e Trans Não-Binária (Feminina) na pesquisa. Onde, Lírio, Orquídea, Copo-de-Leite e Girassol apontam circunstâncias do tipo sofridas dentro da instituição:

“Muitos dos terceirizados chegam até nós com falas horrendas... sem falar dos olhares. Já aconteceu de um homem da limpeza vir até mim e perguntar quanto eu cobrava...” (Lírio)

“Uma das coisas que mais me incomoda são os olhares, as expressões. Nos sexualizam na cara dura.” (Orquídea)

“Rola muito assédio que são velados... isso já aconteceu com vários guardas, os terceirizados também, tanto da limpeza como da parte manutenção. Eles olham bastante daquele jeito que todas percebem, comentam entre si, ficam de risinhos, fazem gestos e até tocam nas partes íntimas...” (Copo-de-Leite)

“Hoje em dia, muitos deles por já terem percebido que muitas das gatas fazem parte do movimento estudantil evitam mais, eles têm um certo medo. Mas sempre rola esses lances.” (Girassol)

Ao reconhecermos os obstáculos recorrentes na experiência acadêmica de discentes trans, sejam eles estruturais ou socioeconômicos, torna-se essencial, conforme Freire (1970), enxergar a educação como um meio de transformar a realidade social, dentro e fora do ambiente de ensino. A educação deve proporcionar a libertação dos oprimidos, que ocupam esse lugar devido à imposição da padronização social, e não por escolha.

Assim, as instituições de ensino, sobretudo as universidades, não podem se manter neutras frente a essas realidades. O conteúdo, o método de ensino, o ambiente e as interações sociais são fatores essenciais para garantir uma experiência significativa e inclusiva para todos, como sugere Vygotsky (1991). Essas condições também impactam diretamente na ascensão social e profissional dos estudantes, sem exceção.

Além de enfrentar esses obstáculos, é crucial compreender como se dão os processos de resistência e permanência de identidades trans na UFPB, tanto individualmente quanto coletivamente. Entender as estratégias de combate e avaliar os projetos de inclusão, atuais ou

potenciais, oferecidos pela instituição é fundamental para promover um ambiente mais acolhedor e inclusivo.

Com relação às estratégias de resistência e permanência, além de idealizar formas de mudanças inclusivas que poderiam ser adotadas para a população/discentes Trans e Travestis a fim de (trans)formar o ambiente acadêmico num lugar positivo e verdadeiramente inclusivo. Para isso, Tulipa, Cravo e Copo-de-Leite sugerem:

“Uma ideia, politicamente falando, seria cotas para pessoas Trans... mas não pensar só a cota como garantia para esses futuros discentes. É importante fazer uma intersecção de marcadores e compreender a complexidade de cada um(a), pois o gênero e a realidade/situação econômica acabam por estar conectadas”. (Tulipa)

“Ter disciplinas sobre relações de gênero dentro do componente curricular obrigatório. Uma vez que, apenas no optativo as mudanças não estão sendo tão significativas assim... mas o ideal seria que eles desapegassem da suposta necessidade do nome morto e priorizar os alunos em maior vulnerabilidade com bolsas emergenciais ou algo do tipo”. (Cravo)

“Os professores e coordenação deveriam buscar/ter uma capacitação de como abordar toda a diversidade... não só me refiro a pauta Trans, mas para com as demais minorias”. (Copo-de-Leite)

Além das sugestões apresentadas, durante a pesquisa é perceptível o reconhecimento, admiração e respeito para com as coordenações e docentes que enxergaram essas identidades/seus alunos (as,es) de forma humanizadora e potencializadora. Onde, o respeito e acolhimento para com seu gênero e especificidades foram garantidos. Como relatado por Orquídea, Antúrio e Cravo:

“Já percebi que os professores que foram mais respeitosos comigo são os que - de alguma forma - já sofreram/ainda sofrem algum preconceito e desvalorização por serem quem são... docentes negros(as). Uma professora percebeu que eu não estava tão bem... no momento, haviam várias coisas acontecendo ao mesmo tempo na minha vida. Ela chegou até mim, e disse que o que eu almejava, para o meu bem, dependeria de mim e do meu potencial. Potencial esse, que ela enxergava facilmente... mesmo, no momento, eu não enxergando. Isso foi um apoio e estímulo tão significativo pra mim.” (Orquídea)

“A respeito do meu conforto, do respeito para comigo, o uso dos pronomes corretos e do meu nome social... a coordenação do meu curso, até hoje, sempre se fez presente e compreensiva”. (Antúrio)

“Bem, a minha coordenação sempre foi tranquila comigo... é Artes, né? não sei se tem muito a ver. Pois antes tinha um certo coordenador que fazia questão de errar meus pronomes, mas com a saída dele tudo ficou 100%. Respeitam bastante a minha identidade”. (Cravo)

Agora, em relação às formas individuais e coletivas de combate, resistência desses discentes na UFPB, na perspectiva e experiência dos (as,es) entrevistados (as,es), nos é apresentado formas de defesa contra essas violências - presentes na instituição - as quais são bastante interessantes, sendo essas:

“Eu diria que nossa principal ferramenta de resistência, em todos os espaços, é Tranquilombamento...mas tem o deboche também. Tipo assim, quando eu finjo não escutar, não ver alguma coisa ou tirar onda sobre a violência direcionada a mim/nós é uma forma, até mesmo, de retirar a literalidade dessa violência ... muitas das vezes é a nossa forma possível de reagir a algumas situações. Pois é uma violência tão constante que escolher por tirar o peso, desconfigurar isso, mostrar que não nos atinge é uma ação de força, coragem e resistência. Lá em Recife chamamos isso de (Blas)fêmea, é quando pegamos algo desconfortável e vestimos/transformamos isso em algo caricato, que merece rir, brincar e zoar... e não ser machucada por isso”. (Tulipa)

“Nossa presença, nossa ocupação... isso em si é uma forma de resistência nossa, estando sozinhos ou em coletivo. Para mim, não só como um Transmasculino, como também uma pessoa com TEA”. (Cravo)

“A UFPB, é onde eu socializo... é onde encontro muitas iguais a mim, apesar de sermos bem poucas, e que damos suporte e apoio umas às outras. conversamos sobre circunstâncias da vida, assim como as violências ocorridas por lá. É como uma roda de conversa ou um núcleo Trans não oficial. E sempre saímos leve, mais tranquilas e menos paranóicas”. (Begônia)

“O fato de podermos mudar essa realidade por meio da ciência... produção acadêmica.” (Orquídea)

Os resultados desta pesquisa evidenciam a opressão vivenciada por pessoas trans no ambiente acadêmico da UFPB. Foram identificados obstáculos estruturais, como a burocracia em relação ao nome social e a ausência de políticas inclusivas, além de dificuldades de acessibilidade, como o uso de banheiros. Essas barreiras, frequentemente desconsideradas pela administração, reforçam uma estrutura Cisnormativa que desumaniza os corpos trans, em vez de acolhê-los.

As violências simbólicas relatadas pelos participantes - como erros de pronomes, o uso do "nome morto", olhares transfóbicos, assédio moral e constrangimento - refletem a falta de sensibilidade e capacitação de docentes e colegas. Essas microagressões criam um ambiente de insegurança, comprometendo o aprendizado e a permanência dos estudantes trans na universidade. A violência simbólica, conforme abordado por Paulo Freire, atua como um mecanismo de controle que, em vez de libertar, oprime.

Apesar das dificuldades, o estudo revela a resiliência dos estudantes trans, que encontram maneiras de resistir e permanecer na UFPB por meio de redes de apoio e coletivos, como o Tranquilombamento. As bolsas de auxílio não apenas atendem necessidades básicas,

mas também indicam a participação ativa desses discentes em projetos acadêmicos. Esses espaços promovem acolhimento e fortalecimento, sendo uma resposta à exclusão sistêmica.

Os resultados ressaltam a importância de estratégias de resistência, que permitam a esses estudantes não apenas enfrentar a transfobia institucional, mas também transformar a cultura acadêmica. Assim, mesmo diante das barreiras apresentadas, os discentes trans se empenham em viver a UFPB, movendo-se em busca de conhecimento e mudanças, por seus objetivos individuais e coletivos.

Tendo em vista que o campo da psicologia - uma das principais fontes da psicopedagogia – ainda produz a monstruosidade e patologização das identidades trans. Como Preciado, Paul B. evidencia:

Como a psicanálise e a psicologia normativa dão sentido aos processos de subjetivação de acordo com o regime da diferença sexual, gênero binário e heterossexual, qualquer sexualidade não heterossexual, processo de transição de gênero ou identificação de gênero não binário desencadeia uma proliferação de diagnósticos. Uma das estratégias fundamentais desse discurso psicanalítico é detectar no desenvolvimento pré-natal ou infantil do homossexual e do “transsexual” ou da pessoa do sexo não binário os sinais da doença, para investigar o trauma que desencadeia a reversão. Alguns de vocês vão dizer que ao me tornar “trans” eu neguei minha verdadeira natureza feminina. Outros dirão que eu já tinha em mim uma natureza masculina (seja descrita em termos genéticos, endocrinológicos ou psicológicos) que procurava expressar. Ainda outros dirão que foram os desejos ocultos de meus pais (sempre imaginados como um casal binário e heterossexual, se possível branco) que eventualmente se materializaram para fazer de mim o que sou agora. Mentira. É uma simplificação grotesca. Eu não sou de todo o que vocês imaginam. Eu nem sei o que eu sou. Não é mais fácil saber o que cada um de nós é do que determinar a posição exata de um elétron em um acelerador de partículas (2022, p. 294)

Entende-se que, o papel da psicopedagogia torna-se fundamental diante a urgência de um acompanhamento psicoemocional sensível às questões de gênero. As instituições devem se comprometer a oferecer apoio psicológico especializado, formação contínua para educadores, profissionais e uma adaptação curricular inclusiva que respeite e represente as identidades trans.

Onde, uma psicopedagogia genuinamente centrada as particularidades e desenvolvimento dos estudantes pode ser uma ferramenta poderosa para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Capaz de respeitar, incluir e apoiar identidades dissidentes, em específico as identidades trans. Fomentando na desconstrução do (Cis)tema eurocêntrico e construindo ambientes acolhedores e de suporte para a permanência e o bem-

estar desses discentes, os quais enfrentam desafios particulares e coletivos de inclusão e reconhecimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou as realidades vivenciadas pelos discentes trans no ambiente acadêmico da UFPB, trazendo à tona os obstáculos, violências simbólicas e os desafios estruturais que permeiam suas experiências. Os resultados demonstram que, apesar da crescente implementação de políticas voltadas à inclusão, como o uso do nome social, ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir que essas medidas sejam efetivas e respeitadas.

Nesse contexto, a psicopedagogia surge como uma ferramenta fundamental na criação de um ambiente educacional inclusivo e no suporte ao bem-estar emocional e cognitivo desses discentes. A psicopedagogia não apenas ajuda a identificar as dificuldades de aprendizagem, mas também leva em consideração os aspectos emocionais e sociais que impactam o processo educativo.

Dito isso, para pessoas trans cujas trajetórias acadêmicas são frequentemente marcadas por exclusão, discriminação e violência simbólica, o acompanhamento psicopedagógico pode atuar na construção de estratégias de enfrentamento e permanência, além de contribuir para a socialização e o desenvolvimento de afetividades saudáveis no ambiente acadêmico em conjunto de uma equipe multidisciplinar

O papel da socialização e do respeito é central para a construção de uma experiência acadêmica significativa. Conforme abordado por Vygotsky, o processo de aprendizagem está intrinsecamente ligado às interações sociais, e, nesse sentido, as relações afetivas positivas são determinantes para garantir o engajamento dos discentes. A criação de espaços de convivência onde a diversidade é respeitada e celebrada, e onde as pessoas trans possam se sentir acolhidas e respeitadas em suas individualidades, impacta diretamente seu bem-estar e sua permanência no ensino superior.

Além disso, é imperativo destacar a necessidade da capacitação de docentes e coordenações para lidar de maneira adequada com a diversidade de gênero e sexualidade. A psicopedagogia pode contribuir nesse processo, fornecendo ferramentas, possibilidades, estratégias e adaptações curriculares para que os educadores promovam uma educação inclusiva e sensível às questões de gênero. O respeito às identidades trans dentro da sala de aula, a implementação correta de políticas de inclusão e o combate à transfobia são passos

essenciais para garantir que essas pessoas tenham oportunidades reais de se desenvolver academicamente e profissionalmente.

Pensando em projetos futuros, as mudanças necessárias nas instituições de ensino superior — como a revisão curricular, a criação de políticas de acolhimento efetivas e a promoção de uma cultura de respeito — podem não só melhorar a vivência de pessoas trans no ambiente universitário, mas também servir de modelo para outras instituições de ensino, como as escolas. A inclusão de questões de gênero nos currículos desde o ensino básico e a formação continuada de profissionais são ações que podem contribuir para a transformação estrutural das instituições, promovendo maior equidade e justiça social.

Por fim, é fundamental que as mudanças internas nas universidades sejam acompanhadas por políticas públicas que garantam o acesso e a permanência de pessoas trans no sistema educacional como um todo. A criação de programas de apoio psicológico, bolsas de permanência, e a ampliação de políticas de cotas são apenas algumas das ações que podem ser implementadas para assegurar que esses indivíduos possam vivenciar a educação de maneira plena e digna. Somente a partir de um esforço conjunto entre sociedade, instituições e governo será possível garantir que a educação seja um direito acessível a todas as pessoas, independentemente de suas identidades de gênero.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - ANTRA. Dossiê da ANTRA: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras. 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.org>. Acesso em: 27 ago. 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - ANTRA. Dossiê dos assassinatos e violência contra pessoas trans no Brasil em 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org>. Acesso em: 27 ago. 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - ANTRA. Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Brasília: ANTRA, 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA (ABPP). Código de ética do psicopedagogo. São Paulo: ABPP, 2019.

ALMEIDA, A. M. Políticas públicas e o reconhecimento das identidades trans. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

Brasil. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BARATA, Rita Barradas. AIDS e a reação social ao preconceito. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

BENEVIDES, NOGUEIRA. Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2019. Associação Nacional de Travestis e Transexuais ANTRA, 2020.

BENEVIDES, B. et al. Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras. Brasília: ANTRA, 2023.

BENTO. O que é transexualidade. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BENTO. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Salvador: EDUFBA, 2011.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 1975.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. p. 64.

BUTLER, Judith. Vida precária: os poderes do luto. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, Judith. Corpos que importam: sobre os limites materiais e discursivos do gênero. Tradução de Lúcia S. S. da Silva. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019.

BUTTLER. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BRAUN, CLARKE. *Using thematic analysis in psychology*. Qualitative Research in Psychology, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). Ditadura e homossexualidades. Brasília: CNV, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS LGBT DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Resolução nº 12/2015*. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br>.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARLIN, B. Crianças e adolescentes trans no ambiente escolar: narrativas de exclusão e resistência. 1. ed. Curitiba: Appris, 2010.

FANON, F. Os condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT. A ordem do discurso. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

FOUCAULT. História da sexualidade 1: A vontade de saber. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

FOUCAULT. Os anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT. A história da sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FOUCAULT. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 150.

FREIRE. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GOES, Daniela. Racismo estrutural e suas formas contemporâneas. São Paulo: Boitempo, 2015.

LOURO, L. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LOPES, V. "Capítulo X: Movimentos sociais e educação." In: Educação e sociedade. São Paulo: Cortez, 2016. p. 149.

MARIA RITA, K. S. Experiências e resistências de travestis e transexuais na escola. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, 2018.

MBEMBE. Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MBEMBE. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2016. p. 10.

MIQUELIM, R.; et al. AIDS e o imaginário coletivo: entre o preconceito e a conscientização. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2003.

OLIVEIRA, M. A. Identidade de gênero e educação: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2013.

PIAGET, J. O Nascimento da Inteligência na Criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PRECIADO, PAUL B. "Eu sou o monstro que vos fala." *Cadernos PET Filosofia*, v. 22, n. 1, 2021 (2022), p. 278-331. Disponível em: https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/7822785/mod_resource/content/1/PRECIADO_Eu%20sou%20o%20monstro%20que%20vos%20fala.pdf. Acesso em: 1 out. 2024.

REIS, R. Biopoder, necropolítica e relações de produção. In: MBEMBE, A. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2017. p. 250-253.

SAVIANI, D. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara e outras questões. 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, Kelly. Gênero e educação: uma análise das práticas educativas. In: Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 11.

SOUZA, Érica Rangel de. Análise temática reflexiva: guia prático. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019.

SWAIN, T. Gender: An Ethnomethodological Perspective. 2002.

TGEU - Transgender Europe. (2023). Trans Rights Map 2023. Disponível em: <https://transgender.eu>.

UNESP - Faculdade de Medicina de Botucatu. Pesquisa sobre a população trans, 2021.

UNIFESP. Estudo revela vivência de estudantes trans no ambiente universitário. Disponível em: <https://dc1.unifesp.br/assessoria-de-imprensa-e-jornalismo/releases/r-estudo-revela-vivencia-de-estudantes-trans-no-ambiente-universitario>. Acesso em: 20 set. 2024.

VYGOTSKY, L. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WERTSH, J. V. Voices of the mind: A sociocultural approach to mediated action. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991.

APÊNDICES

Questionário Sócio-Acadêmico

Nome, Idade; Gênero; Etnia, Cidade e Estado (nascimento), Trabalho (se sim, com o que), Qual curso você está matriculado(a,e) na universidade, qual período? Recebe algum auxílio ou Bolsa, Qual?

- Durante sua jornada universitária, você já enfrentou desafios específicos relacionados a sua identidade de gênero? Se sim, quais?
- Você tem conhecimento de algum suporte ofertado pela UF para pessoas trans/travestis? se sim, Como você avalia esse suporte oferecido pela universidade em relação a possíveis necessidades específicas de discentes trans e travestis?
- A UFPB, sendo um ambiente sócio educacional, alguma vez já se configurou como um ambiente causador de gatilho e/ou disforia? Se sim, você identifica que isso, de alguma forma, afetou o seu desempenho? (dia, semana e/ou período?)
- Você já vivenciou algum tipo de discriminação, silenciamento ou preconceito dentro da universidade devido a sua identidade de gênero? Gostaria de compartilhar?
- Na sua opinião, quais são os principais obstáculos enfrentados por discentes trans e travestis na universidade?
- Você já retificou o seu nome? está devidamente contemplado no sistema da universidade? Foi fácil cadastrar/ encontrou obstáculos?
- Você já percebeu dificuldades de concentração ou envolvimento nas atividades de aprendizagem devido a preocupações relacionadas a sua vida social? até que ponto isso influencia na sua experiência acadêmica? a UF lhe assisti através de alguma bolsa ou projeto?

- Você já se sentiu desconfortável ou inseguro(a) em participar de atividades em sala de aula devido à sua identidade de gênero?
- Em sua vivência acadêmica até hoje, você identifica algum suporte/apoio/compreensão expressados pelos docentes, coordenação e alunos de sala em relação a você, sendo uma pessoa trans/travesti? Se sim, como isso influenciou em seu processo de ensino aprendizagem em sala de aula? te estimulou? lhe deu segurança em se expressar, trabalhar em grupo, bem estar?
- Na sua experiência, quais estratégias você acha que seriam mais eficazes para proporcionar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo para pessoas trans/travestis?
- Como você avalia a inclusão de conteúdo relacionado à diversidade de gênero nos currículos do seu curso? Você já encontrou referências de pessoas trans e travestis em sua área de estudo durante sua jornada acadêmica/ no seu curso?
- Você já se viu num papel de didática com relação as diversidades, pluralidades e individualidades de pessoas Trans e Travestis? Se sim, como se sente com relação a isso? Como a turma e docentes receberam essas informações?
- Você já recebeu suporte adequado na UFPB, CAMPUS I para lidar com questões de saúde relacionadas à sua identidade de gênero na universidade? Se sim, qual e como foi?
- Na sua opinião, quais estratégias são mais eficazes para promover um ambiente universitário inclusivo e acolhedor para discentes trans e travestis?
- De que forma acontece a sua permanência na Universidade?

Associação livre de palavras

Experiência positiva - 5 palavras (30 segundos)

Experiência negativa - 5 palavras (30 segundos)

Momento FEEDBACK - Você tem alguma sugestão ou comentário adicional sobre quais campos devam ser abordados nessa entrevista em prol do alcance de uma experiência universitária qualitativa de pessoas trans e travestis na UFPB?

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO – TCLE (online)

Participação

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: "**Psicopedagogia em TRANSformação**: A Realidade de Discentes Transvestigeneres na Universidade Federal da Paraíba - UFPB", coordenada pela pesquisadora Profa. Dra. Mariana Lins de Oliveira. O objetivo deste estudo é elucidar as vivências Trans/Travestis na Universidade Federal da Paraíba - UFPB Campus I. Discutir como a UFPB configura-se como ambiente de ensino aprendizagem a partir da narrativa de discentes Trans/Travestis. Além de, documentar os possíveis reflexos dos percalços sociais - sofridos e enfrentados por essas identidades - no meio acadêmico. Por fim, analisar os fatores positivos, a motivação e as estratégias de discentes Trans/Travestis que implicam em sua permanência na UFPB, correlacionando com o código de ética do Psicopedagogo.

A abordagem da pesquisa será de caráter exploratório e abordagem qualitativa para investigar a percepção de discentes Trans/Travestis em relação a como o ambiente (UFPB) de ensino superior - sócioeducativo - configura-se perante as identidades Trans, além de utilizar a Análise Temática Reflexiva (ATR) com as narrativas/experiências/vivências coletadas.

Caso você aceite participar, você terá que responder o questionário sociodemográfico de forma que possui 9 itens abertos, com perguntas de identificação, curso/período, e auxílio provindo da UFPB, buscando compreender as realidades e individualidades de alunos Trans. Questionário leva um tempo médio de resposta de 10 minutos.

Além disso, realização de uma entrevista semiestruturada, tendo como base, um roteiro com assuntos com relação às percepções de discentes sobre sua trajetória acadêmica.

Riscos e Benefícios

Com sua participação nesta pesquisa, entende-se que os riscos para os envolvidos neste estudo, como sujeitos da pesquisa, poderão ser considerados de mínimos e/ou médios, como gerar algum desconforto/incômodo, disforia, gatilho ao participante em função do conteúdo explorado. Não obstante, ressaltamos que o participante poderá desistir de participar a qualquer momento sem que isso implique em qualquer ônus.

Como benefícios desta pesquisa, apontamos que o estudo não tem nenhum benefício direto aos atuais participantes. Contudo, abre espaço para uma roda de conversa, acolhimento,

diálogos, reflexões, correlatos de experiências, desabafo, opiniões acerca de suas experiências individuais e coletivas. Sua participação poderá auxiliar na compreensão e discussão deste tema, essencial para uma maior inclusão e interesse de uma jornada acadêmica qualitativa, segura e respeitosa a todos (as,es), sem exceção. .Ademais, ao efetivar a participação, o voluntário está contribuindo para uma análise reflexiva entre a relação do ensino superior e alunos (as,es) Trans/Travestis.

Sigilo, Anonimato e Privacidade

O material e informações obtidas podem ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos, sem sua identificação. Há limitações dos pesquisadores para assegurar total confidencialidade. Sua participação é voluntária e você terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer questões que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza.

Autonomia

Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo. É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, e garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você também poderá entrar em contato com as pesquisadoras, em qualquer etapa da pesquisa, por e-mail ou telefone, a partir dos contatos das pesquisadoras que constam no final do documento.

Devolutiva dos resultados

Os resultados da pesquisa poderão ser solicitados a partir de Dezembro de 2024 através do e-mail: kylieydriel98@gmail.com. Ressalta-se que os dados coletados nesta pesquisa somente poderão ser utilizados para as finalidades da presente pesquisa, sendo que para novos objetivos um novo TCLE deve ser aplicado.

Ressarcimento e Indenização

Lembramos que sua participação é voluntária, o que significa que você não poderá ser pago, de nenhuma maneira, por participar desta pesquisa. De igual forma, a participação na pesquisa não implica em gastos para você. No entanto, caso você tenha alguma despesa decorrente da sua participação, tais como transporte, alimentação, entre outros, você será ressarcido do valor gasto mediante a comprovação fiscal. Se ocorrer algum dano decorrente

da sua participação na pesquisa, você será indenizado, conforme determina a lei. Após ser esclarecido sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação em todas as páginas e no campo previsto para o seu nome, que é impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do pesquisador responsável e a outra via com você.

Você concorda em participar, voluntariamente, da pesquisa intitulada "Psicopedagogia em Transformação: A Realidade de Discentes Transge...FPB" conforme informações contidas neste TCLE.
8 respostas

